

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino
Cleuma Sueli Santos Suto
Dejeane de Oliveira Silva
José Andrade Almeida Junior
Maria Thereza Ávila Dantas Coelho
Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva
Francielle Pereira Santos
Ludmila Nunes Mourão
Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano
Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral
Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório
Nívia Madja dos Santos
Roberto Firpo de Almeida Filho
Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório
Alana Maiara Brito Bibiano
Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral
Roberto Firpo de Almeida Filho
Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Cláudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabírcia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Algusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Política Social - Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: O presente trabalho busca questionar discursos e formas de expressão, práticas culturais e sociais, que aparentam uma inversão do chamado binarismo sexual diante de enfrentamentos como a religião ocidental cristã, a família e as organizações na perpetuação de mecanismos de violências.

PALAVRAS-CHAVE: lesbianidade, subjetividade, silenciamento

LESBIAN SUBJECTIVITY: THE SUTILEZA LEGITIMATED BY SOCIAL SILENCE

ABSTRACT: The present work seeks to question discourses and forms of expression, cultural and social practices that appear to reverse the of called sexual binarism in the face of confrontations such as the western christian religion and the Family and corporations in perpetuating mechanisms of violences.

KEYWORDS: lesbianity, subjectivity, silencing

INTRODUÇÃO

Esse artigo visa problematizar a partir

das emergências das diferenças, as formas de expressão, práticas culturais e sociais, que aparentam uma inversão do chamado binarismo sexual diante de enfrentamentos como a religião ocidental cristã, a família e o ambiente de trabalho na perpetuação de mecanismos de violências, cujo desencorajamento lésbico pode impedir as expressões subjetivas da sua identidade. Ao analisar os elementos constitutivos que marcaram a trajetória de lésbicas por meio das dinâmicas de repressão e resistência, percebe-se que houve uma construção histórica silenciada. Assim, tem-se como ponto de partida, um levantamento de bibliografia concernente às seguintes questões relacionadas ao conjunto sapatatas/lésbicas.

O principal aspecto que atraiu a atenção na construção desse estudo foi que a lesbianidade não apresenta um conjunto tanto de corpos quanto de ideias homogêneos em relação às posturas teóricas e às falas, trazidas para os debates tanto acadêmicos, quanto midiáticos. Esse processo de construção dos sujeitos tem uma dinâmica entre eles; essa dinâmica se modifica, se transforma, se reinventa de tempos em tempos; porém nesse processo corporal, somente o silenciamento dentro das famílias e das corporações permanece. Percebe-se por isso, também, que não se pode

supor uma homogeneidade no trato social, pois são compostos por organizações e pessoas que alternam entre a cooperação e o conflito interagindo com outros grupos, muitas vezes impostos – no caso das relações de trabalho - a depender também das reflexões políticas que cada grupo faz da sua inserção social e dos momentos políticos/culturais/regionais estabelecidos.

Para melhor compreensão propõe-se o entendimento da palavra gênero, esta que permeia o debate sobre sexualidade, seja descrita como relação social, antes de ser utilizada como gênero/sexualidade, pois essa palavra transversaliza categorias como classe social, raça, intelectualidade e possibilita trânsitos e maneiras de ser em ambientes socializadores das sapatões/lésbicas traduzido em sistemas de símbolos e significados relacionando o sexo genital e suas condutas a conteúdos culturais conforme ideias valorativas e hierarquias sociais Lauretis (1987).

Ainda para balizar a questão de gênero, não se pode “atestar” que exista homogeneidade individual; o que existe de acordo com Swain (1999), é uma ênfase, baseada em valores normativos, de praxe moral, vinculando gênero a sexo e assim, traduzido em questões ético-políticas, econômico sociais, étnico culturais o que possibilita pensar em corpos sexuados para além da diferenciação binária masculino/feminino.

O SILENCIAMENTO E A SUBJETIVIDADE LÉSBICA: AS VIOLÊNCIAS E AS SUTIS RELAÇÕES

No que concerne à sexualidade lésbica, pressupõe-se que debater as relações estabelecidas entre corporalidades e convenções sociais e morais, podem ser encontradas nos discursos cotidianos com ênfase no paradigma da heteronormatividade e o que se pretende chamar do silencioso discurso que adentra os corpos lésbicos, desvelando as formas de opressão ainda existentes no que convencionou-se chamar “comodidade” do lar. Esse silenciamento formata estruturas que denotam um viés de “aceitação” por parte dos entes familiares, sutilmente envolto em violências, impedindo a expressão emocional e sexual, submetidas às famílias nucleares de lésbicas, deixando ao acaso do violento silêncio, as armadilhas compostas pelo binarismo sexual, sem que se diga nada.

A violência nem sempre sutil sobre os corpos lésbicos pode ser tida como um ato corretivo, ainda que de forma inconsciente, como parte do processo de tornar invisíveis as formas de identidades lésbicas, através da “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2010). Diante desse quadro, sugere-se que a sociedade demonstre compaixão e sensibilidade para as diferentes formas de agressão e, ao mesmo tempo, mobilize imenso instrumental moral para a brutalidade, tendo como justificativa a dicotomia entre “bem” e “mal”, perpassada pelo Estado chamado “laico”.

Ainda que a via da “heterossexualidade compulsória”, seja aquela que, por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do

desviante ao odioso ou é simplesmente apresentada como invisível (RICH, 2010), a construção corporal/sexual de lésbicas envolvem relações de poder, de cunho moral, cujo controle se associa à naturalização ideológica ou social, com suas regras e conjuntos de comportamentos assentados em construções históricas, retirando sutilmente o histórico lésbico, o que condena a maior parte delas, as lésbicas, a um silêncio, ainda que contido, despreparado para o enfrentamento e justificativas para viver plenamente a sua subjetividade sexual.

Chama-se subjetividade sexual os determinismos de certas expressões cotidianas que impedem lésbicas de expressarem suas paixões ou interesse por outras mulheres, tais como: “quando você vai trazer seu namorado aqui em casa?”, “o padre está esperando você marcar a data do seu casamento com aquele rapaz”, “quando você vai apresentar seu namorado para nós, do seu grupo de trabalho?”. Essas frases são determinantes também da violência que recai sobre as lésbicas, mesmo que faladas de maneira impensada ou repetida por todos os que a rodeiam, seja em casa, na igreja ou no trabalho.

Percebe-se que as matrizes sociais que ordenam e reordenam os sentidos culturalmente expostos, incorporam a violência da imposição, que leva à construção de imagens sexuais e comportamentos pré-determinados no conjunto das relações sociais, como a heterossexualidade “natural”, “biológica” e “inevitável”, concedendo às mulheres o “dom” do cuidado – da casa, dos filhos, dos parentes, do marido –, o “chamado” para procriar e aos homens, as relações com a rua, com os negócios, com os eventos públicos.

Destaca-se nesse ponto que comportamentos são socialmente/moralmente atribuídos e historicamente construídos e que junto deles encontram-se jogos de poder que devem ser mantidos; para isso existem as instituições que se assentam em determinado tipo de Estado, tais como a cultura familiar e religiosa.

A perspectiva religiosa cristã, demonstra, para além da obrigação de aceitar o monoteísmo com um deus masculino, a própria submissão da “mãe” de Cristo e sua virgindade, além das interpretações sexistas dos “livros sagrados”, o que postula submissão de mulheres ao masculino. Outra possibilidade masculina é que somente os homens ouvem a voz do deus monoteísta. Assim, cria-se uma divisão provavelmente rígida entre o sagrado (cristão) e o profano (não cristão). Se para as mulheres é concedido apenas o domínio do profano e da privacidade do lar, aos homens são dados o protagonismo das crenças e dos ritos, permitindo, conforme associa Max Webber, os homens aos atos heroicos e liderança e às mulheres a magia, o erotismo inscrito nos seus corpos; resultando disso, socialmente falando, mulheres passivas para a convivência social. Nesse aspecto, é interessante notar que o feminismo é um movimento social que vai inspirar práticas de resistência à situação de sujeição de mulheres iniciada pelo campo religioso cristão (ROSADO, 2001).

No século XVI, segundo SWAIN (1999) o amor entre mulheres não era levado em conta, pois somente o falo daria valor ao ato sexual. Porém,

mulheres que se vestissem de homem podiam ser condenadas à morte, pois esta atitude representava então um elemento de perturbação na ordem do social, logo, do mundo (SWAIN, 1999, p. 1225).

Na atualidade as adversidades contra as lésbicas encontram apoio nos sistemas educacionais, cujas normas morais estão em conformidade com a religião. Apesar da escola ser à priori um lugar onde deveria florescer a consciência crítica, a estrutura engessada confere aos estudantes e professores uma absorção estrutural automática, como o controle social, a manutenção das tradições sempre repetidas, relegando às lésbicas interdições tais como o silêncio em relação às suas paixões, o gosto por vestir roupas masculinas confundido com os uniformes – e estes, os uniformes, já incorporados uniformizam conceitos e normas comportamentais. Conforme Leers (2002),

Dentro do complexo discriminatório funciona uma estrutura normativa, proibitiva que, sob a capa da tradição judaico-cristã, consolida como espinha dorsal a atmosfera opressora em que os homossexuais não encontram seu caminho para a liberdade. Pelo processo educacional da socialização no ambiente em que nascem e crescem, as pessoas absorvem esta estrutura quase automaticamente, sem tomarem distância crítica para com o padrão de ideias, comportamentos e expectativas, no qual vão se inculturando. O fato de se tratar de tradições seculares, repetidas de geração a geração, também não estimula uma investigação mais acurada (LEERS, 2002, p. 99).

O desencorajamento trazido pelas instituições sociais, tais como a família, a igreja e as organizações silenciam os corpos; desfazem traços corporais, maneiras de vestir e andar, exclusivos de lésbicas; também ao mesmo tempo em que pese uma tendência ao recrudescimento de não aceitação de sexualidades lésbicas aparecem traços de resistência e enfrentamento ao preconceito, desenhados claramente nas ruas e atualmente em sites de relacionamento (isoporzinhas dos sapato, lésbicas maduras etc), demonstrando uma possível prática de enfrentamento e resistência para uma verídica emancipação afetivo-sexual das mulheres lésbicas, nas últimas décadas tendo ainda concretizada a partir de movimentos sociais reivindicatórios e identitários, sobre a sua cidadania.

Contudo, por não seguir roteiros previstos na norma prescrita, a lesbianidade e suas características subjetivas foram e são mal compreendidas, sendo-lhes permitido sofrer zombarias e piadas. Esses roteiros prescritos na herança sócio-cultural, diferenciam os significados da sexualidade: das brincadeiras de meninos e meninas aos comportamentos “apropriados” a partir da adolescência: a prescrição serve como adestramento para inibir quaisquer recursos emocionais diferentes dos estabelecidos já na infância e se tornam impedimentos graves da adolescência para a fase adulta (GAGNON, 2006).

Passando pelo reconhecimento da própria família há o discurso de aceitação, desde que a lésbica silencie suas “preferências” ou finja atitudes “normais”, preferencialmente com sua história apagada – e os devidos borrões (“essa mulher tem

alguma coisa esquisita”) coerentes com o discurso familiar, religioso ou organizacional. Os borrões são preferencialmente, as lésbicas tidas como masculinas, porém com aspectos femininos – explicando melhor: usam determinadas roupas tidas como masculinas (camisa de botão, tênis ou botas e junto a esses acessórios, usam brincos, batons, colares). Dentro dos borrões, a resistência produz outros discursos sobre si mesmas, fazendo lembrar que não estão esquecidas.

Porém, para a família, a religião e o trabalho, construídos sob os valores homogêneos, autoritários, disciplinadores e ordenados, toda a subjetividade lésbica, deve ser aprisionada. O aprisionamento das subjetividades lésbicas, resguarda toda a ordem prescrita e o corpo lésbico; o silêncio não resume uma existência, ele é aplicado como conceito, como castigo, como apagamento (RICH, 2010) sobre o ato de falar, incomodar, desnudar, descarar, desregular, demaquilar as normas e os seus entornos. O corpo lésbico pode revelar sua subversão entre as variáveis enganosamente ocultas em contratos não falados. Contratos não falados situam as relações entre componentes normativos nos limites de fala e do silêncio sobre atos e atitudes dos corpos que mandam sobre os corpos que obedecem. O cerne da questão é que o corpo lésbico não se submete, nem na sua estética, nem nos acordos não falados.

O ambiente familiar, religioso e organizacional é “naturalizado”, constituído de espaços da legitimidade das diferenças sexuais binárias, apresentando a mulher como subalterna e destinada à maternidade e ao cuidado da família. O serviço doméstico é o locus privilegiado do feminino e se destina a ser “um refúgio num mundo sem coração”, restringindo os vínculos afetivos/sexuais às normas heterossexuais, cujos arranjos e agrupamentos padronizados não permitem os diferentes, que são tidos como desviantes (SILVA, 2013).

Esses elementos de percepção de que a construção cotidiana normativa da sexualidade, é tenso e carregado de conflitos, já que a arena das normas é constituída de acessos morais; portanto, as disputas emocionais, principalmente no campo familiar, tem um custo muito alto, carregada de vergonha, culpa e a “entrada no armário”, mostrando as práticas que Oliveira (2016) diz ser interpretação do comportamento lésbico marcado como dissidentes, rotulados como proscritos e estigmatizados; forja-se, portanto, o esforço social para enquadrar a lésbica a partir de práticas de submissão, silenciamento, envergonhamento, humilhação e vários insultos, demonstrando alto grau de violência perpetrada tanto emocional como fisicamente.

Ser o sapatão, se por um lado, caracteriza a quebra de normas, redundando na quebra de confiança entre os entes, tornando a lésbica excluída da vida familiar, seus festejos e seus segredos, quando não são exatamente bem-vindas, são praticamente “convidadas” a se retirar da casa, da família, por outro, o entendimento dessa cultura em um sistema cujas relações são desiguais, desmascara os conflitos e mostra suas particularidades e suas relações de sobrevivência na sociedade; além disso, novos

valores são acrescentados no âmago da existência lésbica, vistos à priori, como simbolicamente situados fora da heteronormatividade, tais como: reinvenção de novas relações que fogem ao controle sexual; a ajuda mútua entre as que formam casais dentro e fora da casa, sem divisão de tarefas masculinas/femininas; a complementação salarial para o sustento da família, sem que a mais “viril” se encarregue completamente dos gastos, nem a “mais feminina” seja a que arruma a casa. A principal reflexão que persiste não limita-se na diferença binária entre os sexos, contudo se insere no campo cultural, incluindo reflexões no contexto das experiências, das relações sexuais, olhando para o sujeito como múltiplo, em vez de único, contraditório, em vez de dividido (LAURETIS, 1994).

Como na célebre frase de Oscar Wilde, “o amor que não ousa dizer o seu nome”, pressupõem-se que as lésbicas não ousam dizer o nome do que sentem no seio da família para que não sejam afastadas dos convívios e festejos, dos afetos e das conjugações fraternas, onde os laços de proteção se efetivam desde que se cumpram requisitos de obediência ao que se considera, dentro da família, ser o “bom” ou o “certo”. Assim, no que se ambientou chamar o “seio da família”, não há espaço para outros relacionamentos afetivos e sexuais que não sejam os já programados desde a infância para aquela criança. Considerando tais aspectos, pressupõem-se que as lésbicas ainda vivam sob o signo do silêncio e da invisibilidade.

A autenticidade do binarismo sexual se exprime nas “cortes”, “paqueras”, “flertes”, “estar a fim de alguém” etc, no desejo de um homem por uma mulher ou no amor enlatado nas fábricas do binarismo sexual. Ou seja, parte-se do princípio de que tudo está arrumado desde sempre; princípio esse caracterizado nos livros infantis de príncipes e princesas, nas brincadeiras de casinha para meninas e de rua (jogos, brigas etc) para os meninos; partindo-se desse princípio, tudo parece se “encaixar”: a menina, quando é pega tocando nos seus órgãos genitais, ganha um tapa ou uma repreensão (“tira a mão daí); os meninos, ganham incentivos (“mostra o passarinho para o tio”). Na adolescência, “fecha as pernas, menina”, “e aí, já transou, cara?”; e um pouco mais tarde, no aniversário, logo após o “parabéns para você”, vem a cantoria: “com quem será?, com quem será que ela vai casar?” Partindo dessas histórias, as atividades de dominação causam menos esforços aos corpos femininos já habilitados para a reprodução.

Dentro desses aspectos, observações recentes, sugerem que ainda persistem traços do binarismo sexual em vários casais lésbicos, que apesar de viverem suas diferenças, tem como padrão imposto os papéis claramente definidos como masculinos e femininos. Portanto, pode-se dizer que mesmo vivendo experiências e relacionamentos que as colocam “fora” do eixo normativo sexual, as lésbicas, em algum aspecto, repetem essa mesma opressão que sobre elas caem. Ao dar continuidade a este debate ressalta-se também o fato da homossexualidade, historicamente, ser uma manifestação sexual da vida privada e individual; outra, bem diferente, é o fato de essa mesma homossexualidade ser circunscrita à vida privada,

silenciada, invisibilizada, desqualificada, como uma situação do indivíduo que deva ser reprimida pela sociedade compulsoriamente (CARRARA, 2005).

Nestas circunstâncias, cabe notar o estudo da história de experiências e inconformidades cuja duração é imprecisa, porém, nesta questão, percebe-se que

o retorno a uma certa “história política” – sobretudo “história do político” – não significa retornar a uma narrativa dos fatos, mas refletir sobre os jogos, os agentes, as formas de mobilização, os consentimentos, as seduções e as resistências [...]; implica também saber que a relação entre os sexos são relações sociais. Não são dados naturais, mas construções sociais [...] (Costa, 2000).

Assim, imagem social das lésbicas, perpassa para outros/as fantasias sexuais, adjetivos pejorativos e quiçá, envolvimento da palavra lésbica com propósitos comportamentais anti-éticos e qualificada no que se convencionou chamar de “falso caráter”, propiciando a destruição da história lésbica, destruindo evidências para que não se multipliquem perfis diferentes nas chamadas tipologias sociais. Portanto, “o ato de nomear é um movimento de criação: quando se diz “lésbica” faz-se aparecer um personagem cujo perfil obedece às características traçadas pelo momento de sua enunciação” (SWAIN, 1999, pg. 1223).

A materialidade do silêncio sobre determinado corpo é extensa, porque não só é proibido falar, como é proibido exibir o desejo subjetivo. Assim, podemos dizer sinteticamente, que essa materialidade se chama medo e apagamento. O medo traz consigo dentro do silenciamento, a aversão ao corpo lésbico. Pode-se entender que o apagamento é um quarto escuro, sem janelas, com a porta trancada, porém, com um borrão inscrito acima dessa porta, que deixa uma pista. Contudo, ninguém quer ouvir ou ler mais amiúde o que estava escrito; não interessa para a família, a igreja ou a organização do trabalho, saber existir nela um membro inescutável; não interessa quais são as suas dores, não interessam as suas paixões ou decepções, os seus ganhos e perdas. Porém, o borrão continua inscrito em algum trejeito, em alguma forma diferenciada de falar, de deslocar o olhar, que dão indícios da diferença desse corpo e do incômodo “carregado” nos locais de socialização.

Parte-se então, do princípio de que o mundo social pré-exista sem que nenhum indivíduo faça escolhas fora de um contexto já determinado; portanto, para a autonomia sem sujeição é necessário que o mundo social esteja radicalmente modificado, através de ações coletivas e de reconhecimento entre lésbicas.

Esses corpos se deslocam para além dos ambientes coletivos de conduta, ou seja, se constroem nos espaços políticos nos dias atuais, pois no século XIX a construção de um comportamento fora das especificidades binárias sexuais era interdito pela família. A imagem social lésbica é construída na interação onde existam espaços de socializar suas falas e desenvolvimento de suas performances. Portanto, é nesses espaços que se originam e se fortalecem as identidades ou identificações a partir das corporalidades, expressadas no conjunto de etiquetas e códigos desinstalados e desencaixados das normas heteronormativas (OLIVEIRA,

2016).

A lógica binarista sexual se transforma quando os tabus são transgredidos e as formas de vida citadas como “obrigatórias” e repetitivas, vão sendo reconstruídas, apesar do contínuo costume de se destruir quaisquer traços que sirvam como memórias, e de fato, se a existência lésbica se torna memória, ela vai “deslocar, perturbar a ordem do discurso, a ordem do Pai (SWAIN, 1999, p. 1226).

No interior dos circuitos frequentados por lésbicas existem “códigos” os mais diversos, variando conforme seus territórios. Sendo assim, esses “códigos”,

remetem a diversos “eixos de diferenciação”, ou “marcadores sociais de diferença” e que, não só ocorrem deslocamentos na posição ocupada pelos sujeitos no interior das categorias de um mesmo “código”, como o deslocamento espacial produz classificações diferentes para um mesmo sujeito, muitas vezes a partir de diferentes “códigos” [...] tais como escolaridade, bairro de moradia e tipo de ocupação que remetem à ideia de estratificação social (FACCHINI, 2008, p.208).

As imagens sociais trazem consigo as representações identitárias que as lésbicas apresentam, seja para si, seja para a família, o trabalho, a religião. Assim, a identidade lésbica é uma luta contínua pela afirmação de direitos (ALMEIDA e HEILBORN, 2008, p. 230).

As relações amorosas tem um peso importante entre lésbicas. Esse campo confere identidade sexual e, mais do que isso, confere status no âmbito das relações afetivas e sexuais Conforme explica ALVES (2008),

O status de “casada”, “separada”, “solteira”, “encalhada”, “namorada”, “caso” empresta significado para a constituição de um projeto no âmbito das relações afetivas e sexuais; projeto este que pode se tornar público, dependendo do grau de aceitação social. As mulheres são julgadas como femininas quando apresentam projetos afetivos e sexuais nos quais o envolvimento relacional está em foco (p. 277).

Para SWAIN (1999), o contexto que coloca atualmente a visibilidade lésbica, com seu diferencial de comportamento, de vestir-se, enfim de diferenciar-se, inferioriza e insubordina a ordem binária que supõe a sexualidade com modelos para serem seguidos, e não as diferenças, o que possibilita e pressupõe um domínio à priori, do masculino.

O caráter histórico da lesbianidade está inserido nas noções mais amplas de gênero e mais precisamente, nas relações de poder. Apesar do espaço aberto através da mídia ser significativo aumentou a discussão acerca do tema, mas não em qualidade; seu caráter é, muitas vezes, desqualificador, aludindo o conceito da “não sensualidade” do corpo feminino, sempre disposto à normatização do conceito binarista macho/fêmea social. Logo, só há espaço se for de interesse da lésbica, a manutenção da sutileza, esboçada num corpo sensual. Esse espaço notoriamente “aberto” é ainda desconhecido por muitas lésbicas, que vivem suas atitudes, masculinizadas ou não, mesmo diante de situações extremas como da pauperização, do abandono pelos

parentes mais próximos, ou até mesmo diante de pessoas próximas notadamente homofóbicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das intervenções femininas que são estabelecidas a partir do século XIX especificamente sobre as mulheres, essas mesmas conseguem se articular para romper os consentimentos sobre seus corpos com indiferença e resignação (Costa, 2000). Mas dentro desse recorte, as próprias mulheres tecem seus retalhos de vida, transbordam pelas bordas de seus corpos em sentimentos, articulando o interior do poder patriarcal dentro e fora de casa. Esse jogo político, de resistência, ensina então às lésbicas, novos modelos cujo silêncio tem na resistência um jogo de respostas que fogem da intervenção familiar, ficando, portanto, à margem; não é explícito, mas ao mesmo tempo, se consolida e se torna apenas não falado, somente vivido, cujo uso da liberdade que elas têm sobre seu corpo insubordinado, se emancipa e se autonomiza, até o momento de quebrar os elos, os vínculos, com atitudes conhecidas como ruptura.

Daí se pode dizer que essa história lésbica, contada ou não, silenciada ou negligenciada, suportável ou insuportável, com severos castigos e dúvidas sobre dignidades, suscita a consolidação e os modos de como as lésbicas estão inscritas na sociedade patriarcal. Pode-se pressupor que atos de liberdade aconteçam, mesmo com a presença da opressão.

Deve-se então ultrapassar o silêncio, a sutil legitimidade das violências sobre lésbicas nos discursos moralizantes para uma resistência criativa, inventando novas formas de ser, enfrentando e ultrapassando limitações impostas por uma identidade fixada pela submissão à família nuclear institucionalizada como “eixo” normatizador de felicidade, principalmente para as mulheres, e à recusa à reclusão sexual imposta pela igreja cristã, pela família e pelo ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Glaucia e HEILBORN, Maria Luiza. **Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 225-249.

ALVES, Andréa Moraes. **Gênero, amor, sexo.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 271-291

FACCHINI, Regina.. **Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 195-223

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo. Ensaio sobre o estudo da sexualidade.** Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

LAURETIS, Teresa de. **The technology of gender.** Indiana, University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

LEERS, Bernardino e TRASFERETTI, José. **Homossexuais e ética cristã**. São Paulo, ed. Átomo, 2002.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. **Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres**. Curitiba, Appris, 2016.

RICH, Adriane. **A heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Trad. Carlos Guilherme do Vale. Revista Bagoas, Natal, n. 5, v. 1, 2010.

ROSADO, Maria José. **O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões**. In: Cadernos Pagu, 16, 2001, pp. 79-96.

SILVA, Paloma Ferreira Coelho. **Quando o discurso constrói o “natural”: família, gênero e sexualidade em A era do gelo 3**. In: Revista Bagoas, n. 10, 2013, pp.91-109.

SOARES, Suane Felipe. **Procura-se sapatão: Histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro**. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: www.726-4602-1-PB.pdf Acesso em 01/12/2016.

SWAIN, Tania Navarro. **Lesbianismo: Identidade ou opção eventual?** In: História: Fronteiras vol. II, XX Simpósio Nacional da ANPUH, Florianópolis, São Paulo, Humanitas, 1999. Disponível em: www.lesbianismosANPUH.S20.93.pdf. Acesso em: 01.12.16.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. SP, Boitempo, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

